

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAS- TELO DE PAIVA, REALIZADA NO DIA 10 DE MAIO DE 2019.

No dia dez de Maio de dois mil e dezanove, nesta Vila de Castelo de Paiva, no edifício dos Paços do Município, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal, sob a presidência Gonçalo Fernando da Rocha de Jesus, Presidente da Câmara, com as presenças do Vice-Presidente, António dos Santos Rodrigues, e dos Vereadores Paula de Melo Alves, José Manuel Moreira de Carvalho, José Duarte de Sousa e Rocha, Cláudia Vanessa da Silva Rodrigues Pereira, e António Henrique Damas Moreira.

Secretariou a reunião o Chefe da Divisão de Administração Geral, Vasco André Moreira Pimenta.

Eram 15,10 horas e quarenta minutos, quando o Senhor Presidente da Câmara declarou aberta a reunião.

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA.

O Sr. Presidente da Câmara deu início à reunião, felicitando a “Bradco – Fabricação e Comercialização de Marroquinaria, S.A.” pelo lançamento da primeira pedra das novas instalações junto ao “CACE – Centro de Apoio à Criação de Empresas”.

Deu nota, como já tinha informado em anteriores reuniões de Câmara, da entrada em funcionamento, no dia 1 de Maio, do “Passe Social” na região da “CIM-TS – Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa”. Informou que na reprogramação dos fundos comunitários e das iniciativas inscritas no pacto da “CIM-TS – Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa” relativamente ao programa “Portugal 2020”, o Município vai ter um reforço de 500.000,00 no âmbito do “PARU - Planos de Acção de Regeneração Urbana”, o que permitirá financiar mais algumas iniciativas no domínio da reabilitação e regeneração urbana.

Informou também que conta trazer à próxima reunião de Câmara o Relatório Final relativo à empreitada de reconstrução das infraestruturas afectadas pelo incêndio de 15 e 16 de Outubro de 2017.

De seguida, deu a palavra aos Senhores Vereadores que quisessem intervir.

A Vereadora Paula Melo usou da palavra para dar nota da candidatura que o Município apresentou às “Sete maravilhas – Doces de Portugal”. Disse que o Município está entre os sete finalistas do distrito de Aveiro, e nos cento e quarenta finalistas a nível nacional, com a receita de sopa seca acompanhada com favo de mel e gelado, na categoria de inovação.

Deu também nota que foi lançada no “Agrupamento Vertical de Escolas de Castelo de Paiva” a acção “SAGAZ” no âmbito do “PIICIE – Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso Escolar”, em que foram apresentados os mentores aos aprendizes incluídos nesta acção. Disse que esta acção prevê uma articulação entre profissionais e alunos do 12.º ano que manifestem interesse em ter um mentor que os acompanhe na sua vida económica, social, cultural e formativa, durante três a cinco anos.

O Vereador José Rocha usou da palavra para dizer que os serviços municipais lhe vão fornecer alguns documentos, mas que continuam a faltar os relatórios de localização e manutenção das bocas-de-incêndio; relatórios técnicos do plano municipal contra incêndios e da protecção civil.

Disse que muitos dos sinais que se encontram na Vila de Sobrado não estão em conformidade com a Postura Municipal de Trânsito, tendo perguntado se esta situação vai ser regularizada.

Solicitou um ponto de situação da construção do “Centro de Recolha de Animais”, tendo perguntado se o executivo em permanência tem conhecimento de um projecto-lei que prevê apoios à esterilização de animais abandonados?

Perguntou de quem é a responsabilidade da limpeza das casas-de-banho públicas do Castelo e do terreno contíguo à piscina municipal sita naquele lugar?

Sobre os editais relativos à limpeza de faixas de combustível, perguntou como é que é possível não se saber interpretar a lei ao dizer-se, na última reunião de Câmara, que quem não fizer essa limpeza será multado e até expropriado?

Questionou o que é que vai ser dito aos pequenos proprietários que com poucos rendimentos fizeram essas limpezas que são da responsabilidade da Câmara Municipal, e que vão ficar sem qualquer rendimento desses terrenos, mas com o encargo de pagar os devidos impostos?

Questionou também se a Câmara limpou os terrenos de que é proprietária, e quantos kms é que terão de ser limpos numa faixa lateral de 10 metros, qual o custo dessa limpeza, e quantos orçamentos foram solicitados?

Perguntou ao Sr. Vice-Presidente da Câmara se na sensibilização que realizou chamou um proprietário, ou proprietários, para que também eles colaborassem com a autarquia, tendo em consideração que apesar de estas limpezas serem da competência do Município e não dos proprietários, todos têm de estar atentos a este assunto.

O Vereador António Henrique Damas usou da palavra para felicitar a "Bradco – Fabricação e Comercialização de Marroquinaria, S.A." pelo lançamento da primeira pedra das novas instalações. Disse que também têm de se lembrar das restantes empresas para que não as deixem cair.

Perguntou se já foi instalado o novo placard electrónico no pavilhão municipal dos desportos?

A Vereadora Vanessa Pereira usou da palavra para solicitar a listagem de dívidas a fornecedores a 31.12.2018 e a acta da Assembleia Municipal onde foi aprovada a Postura Municipal de Trânsito, na parte relativa ao trânsito na AV. Jean Tyssen.

Sobre as “Sete maravilhas – Doces de Portugal”, disse que é sempre positivo que Castelo de Paiva tenha finalistas em todos os eventos que projectem o nome do concelho. Disse que apesar de o produto com que o Município concorreu ter sido produzido por uma unidade hoteleira, a quem deu os parabéns, que no futuro esse produto tenha a chancela de Castelo de Paiva.

Quanto à acção “Sagaz” desenvolvida no âmbito do “PIICIE – Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso Escolar”, referiu que todas as iniciativas são importantes, não conhece o programa aprofundadamente, mas acha que todas as oportunidades são importantes para diminuir o insucesso escolar. Disse que era importante que o concelho tivesse cursos profissionais, porque não se pode pensar que os alunos vão todos para a universidade.

Solicitou fotocópia dos cadernos de encargos dos procedimentos de contratação relativos a consultadoria jurídica.

Perguntou se a combustão das escombreiras das minas do Pejão está extinta?

Perguntou também se há alguma evolução em relação à reconstrução das casas afectadas pelos incêndios de 15 e 16 de Outubro de 2017? Disse que já passou mais de um ano e meio e as coisas ainda estão na mesma.

Associou-se aos parabéns endereçados à “Bradco – Fabricação e Comercialização de Marroquinaria, S.A.” pelo lançamento da primeira pedra das novas instalações, tendo dirigido uma nota de reconhecimento àqueles que trouxeram esta empresa para Castelo de Paiva. Manifestou também o seu orgulho pela importância do “CACE – Centro de Apoio à Criação de Empresas” para o concelho, apesar das dúvidas que alguns manifestaram há algum anos atrás.

Questionou se há alguma evolução relativamente à “Casa de Emergência Social”?

Concluiu, dando nota de um estudo que aponta o concelho como um dos piores dez Municípios da região Norte, e no âmbito da “CIM-TS – Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa” só Baião é pior do que

Castelo de Paiva, ao contrário do que acontecia em 2016. Disse que se devia olhar para este estudo e ver onde é que o Município pode melhorar.

O Sr. Presidente da Câmara interveio novamente para dizer que a sinalética aprovada na ultima alteração à “Postura Municipal de Trânsito” terá de ser colocada, em cumprimento da deliberação tomada na Assembleia Municipal.

Sobre o “Centro de Recolha de Animais”, respondeu que está a terminar o prazo para a entrega de propostas. Disse que também já estão a trabalhar nas candidaturas abertas no âmbito da recolha de animais abandonados.

Quanto à limpeza das faixas de combustível, referiu que estão a pedir orçamentos para o levantamento que foi efectuado, porque decorre da lei que o Município terá sempre de fazer essas limpezas. Disse que o aviso que o Sr. Vice-Presidente mandou colocar tem como objectivo sensibilizar os proprietários para que façam as limpezas, tenham muitos ou poucos recursos, porque cada um tem de tratar daquilo que é seu, é uma questão de princípios e de responsabilidade.

Em relação à limpezas no lugar do Castelo, disse que estão a preparar aquele local para a abertura da próxima época balnear.

Deu nota que os procedimentos relativos à aquisição de um placard eletrónico para o pavilhão municipal estão a ser concluídos.

Felicitou a Vereadora Paula Melo pelo empenhamento que tem tido na candidatura relativa às “Sete maravilhas – Doces de Portugal”.

Referiu que a questão referente aos cursos profissionais no concelho tem sido uma das preocupações do executivo em permanência, nomeadamente, em áreas que permitam a entrada dos formandos nas empresas de Castelo de Paiva.

Confirmou que a combustão das escombreiras das minas do Pejão está extinta, tendo agora de se realizar os trabalhos de estabilização daquele perímetro.

Sobre a reconstrução das casas afectadas pelo incêndio de 15 e 16 de Outubro, disse que estará já em curso o concurso público para a realização dessas intervenções.

Informou que o processo relativo à “Casa de Emergência Social” está em curso.

Relativamente ao estudo referido pela Vereadora Vanessa Pereira, disse que uma das preocupações do executivo em permanência é a da sustentabilidade. Disse que continuam a ter dificuldades a nível financeiro, mas que acredita que vão melhorar estes indicadores no decurso do próximo ano.

O Vereador José Rocha interveio novamente para dizer que em relação à questão da limpeza de faixas de combustível, que o Sr. Presidente da Câmara não disse o que é que já foi feito nos terrenos municipais, e que não explicou como é que se faz uma sensibilização mandando pregar editais em árvores em que se diz que “deverão”. Disse que o Sr. Presidente da Câmara referiu, e bem, que quem paga os seus impostos pode não compreender que o Município se substitua aos proprietários, mas que estaria por ventura o Sr. Presidente da Câmara a dizer que os proprietários também não pagam os seus impostos; que os proprietários não pagam o “IMI – Imposto Municipal sobre Imóveis” desses terrenos; que os proprietários adquiriram os terrenos com uma previsão de rentabilidade, e que por força de uma lei de 2006 irão perder a rentabilidade desses espaços e continuarão a pagar “IMI – Imposto Municipal sobre Imóveis”, ou serão isentados desse imposto?

A Vereadora Vanessa Pereira interveio novamente para dizer que se fazem muitos comentários sobre a limpeza de faixas de combustível, mas que já se tinha falado sobre este assunto há muito tempo atrás ao dizer-se que a lei ia ser muito má para os Municípios, porque não iam ter capacidade financeira para fazer as limpezas. Referiu que não podem passar a imagem às pessoas de que não vão cumprir a lei, por isso é importante clarificar quem tem a obrigação de limpar as faixas de gestão

2,
CW

de combustível: os Vereadores do PSD acham que é a Câmara Municipal.

Sobre o estudo que referiu anteriormente, disse que o ranking não se baseia só na sustentabilidade financeira, mas também no serviço à população, no desenvolvimento económico e social, e também nisso o concelho tem más prestações. Disse que não referem isso de forma negativa, mas de forma construtiva para poderem melhorar.

O Sr. Presidente da Câmara usou novamente a palavra para dizer que a Câmara Municipal cumprirá a lei relativamente à limpeza das faixas de combustível, que nunca disse que não o fará, mas que acha estranho como custa aos Vereadores do PSD compreender que os proprietários, sejam grandes ou pequenos, não tratem das suas propriedades, apesar de também achar que a lei está mal. Questionou os Vereadores do PSD se sabem quanto é que se paga de “IMI – Imposto Municipal sobre Imóveis” relativo a artigos rústicos, ou se pagam? Cêntimos, respondeu. Esclareceu que o Município está a tratar dos seus terrenos, mas que não deixará de fazer esta sensibilização junto de todos para que contribuam para manter o concelho limpo.

Sobre o estudo, reiterou o que disse anteriormente sobre o assunto.

A Vereadora Vanessa Pereira respondeu que há muitos proprietários que estão disponíveis para limpar, mas que o executivo em permanência pecou pela forma como fez a sensibilização, porque devia ter optado por fazer reuniões com os proprietários.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA.

1. - RESUMO DIÁRIO DE TESOURARIA.

A Câmara Municipal tomou conhecimento das disponibilidades de tesouraria no dia 9 de Maio de 2019, cujo saldo totaliza a quantia de 1.695.597,76 euros.

2. - ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 12 DE ABRIL. APROVAÇÃO.

Presentes as actas das reuniões em epígrafe, de que foram previamente distribuídos exemplares a todos os membros da Câmara Municipal.

A Câmara Municipal deliberou através de votação nominal de que resultou unanimidade, dos membros presentes naquela reunião, aprová-la.

3. - OBRAS MUNICIPAIS.

Presente projecto para remodelação e reforço estrutural da Ponte Velha de Pedorido, acompanhado do respectivo parecer da CCDR – Norte.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

4- OBRAS PARTICULARES.

Retirado.

5- LOTEAMENTOS URBANOS E OBRAS DE URBANIZAÇÃO.

Retirado.

6. - SUBSÍDIOS E APOIOS A DIVERSAS ENTIDADES.

A Vereadora Vanessa Pereira declarou-se impedida de participar no ponto seguinte na parte relativa ao Centro Social do Couto Mineiro do Pejão.

6.1 – MARCHAS INFANTIS SANJOANINAS.

Conforme tem sido usual em anos anteriores, vai realizar-se as tradicionais marchas sanjoaninas Infantis, contando com a participação do Agrupamento de Escolas de Castelo de Paiva, Centro Social do Couto Mineiro do Pejão, Serviços Sociais, Culturais e Desportivos dos TCMCPaiva, Centro Social de Real, Centrum F, Associação de Solidariedade “Os Cucos”, Centro Social de Santa Maria de Sardoura, Centro Social e Paroquial de Sobrado, e ARPIP.

Como ajuda financeira, será atribuído o valor de 7,5 euros a cada elemento, totalizando o montante de 9.405 euros.

A Câmara Municipal deliberou através de votação nominal de que resultou unanimidade, o subsídio de nove mil quatrocentos e cinco euros.

7- DESPACHOS PROFERIDOS NO USO DA COMPETÊNCIA DELEGADA.

A Câmara Municipal tomou conhecimento dos despachos proferidos no uso da competência delegada: 6^a. alteração ao orçamento da receita; 8^a. alteração ao orçamento da despesa e da receita; Autorização de utilização: R.618; Projectos de arquitectura: R.573, R.611; Ocupação da via

pública: R.614; Alvarás: R.615; Projectos de especialidade: R.647; Prorrogação de prazo: R.654, R.690, R.673; Certidão: R.672, R.610; Licença para acabamentos: R.619.

PERÍODO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.

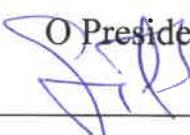
Não houve intervenientes.

Por último, deliberou a Câmara Municipal aprovar a acta da presente reunião em minuta, nos termos e para os efeitos previstos no artigo 57º. da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, e que vai ser lançada no respetivo livro de actas.

E não havendo mais nada a tratar, o Presidente da Câmara declarou encerrada a reunião, pelas 16,30 horas, da qual, para constar, se lavrou a presente acta, que vai ser assinada.

E eu, Varlo André Moreira, a redigi e subscrevi.

O Presidente,



Os Vereadores,



José António Soeiro Pach

